

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

141 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 31/10 a 4/11/2022

1. CONFERENCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTO NA ASSEMBLEIA . REPÚBLICA	DA 1
2. CIMEIRA DO PROCESSO DE BERLIM	2
3. BALCÃS OCIDENTAIS JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS	2
4. COMISSÃO EUROPEIA REGULAMENTO MERCADOS DIGITAIS	3
5. COMISSÃO EUROPEIA RELATÓRIO EUROPEU INCÊNDIOS FLORESTAIS	3
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	4
Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio	4
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	4
Parlamento Europeu	4
Comissão Europeia	4
Conselho da União Europeia	4
8. ACADEMIA LESTUDOS TEMÁTICOS	4

1. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA - EVENTO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA¹

Teve lugar, no dia 2 de novembro, a <u>Conferência</u> <u>Interparlamentar «As Conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa que implicam alterações aos Tratados»</u>, organizada pela Comissão de Assuntos Europeus, cujo objetivo visava debater a criação de uma Convenção para revisão dos Tratados, com base nas medidas e conclusões da Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE).

Este evento contou com a participação, na sessão de abertura, do Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva que na sua intervenção aludiu às razões que justificam uma maior prudência quanto às alterações à arquitetura institucional da União Europeia, não obstante os motivos que fundamentam a necessidade de revisão dos Tratados.



Seguiram-se as rondas de debate, nas quais intervieram os **Deputados à Assembleia da República, os Deputados às Assembleias Legislativas Regionais e Deputados ao Parlamento Europeu**, que destacaram: a importância de dar seguimento às conclusões da CoFE, explorar as potencialidades do Tratado de Lisboa, a eleição direta do Presidente da Comissão Europeia e reversão de competências, a concretização do Pilar Social no âmbito dos Tratados, o fim da regra da unanimidade no Conselho, as listas transnacionais e a harmonização fiscal entre Estados-Membros.

Mencionou-se, ainda, a conjugação das competências nacionais e da União Europeia, a política de migração, a integração europeia, o défice representativo nas instituições europeias, a identidade cultural e as tradições comuns à União, a concessão de mais poderes ao Tribunal de Justiça da União Europeia e a criação de uma Comissão de Copenhaga.

A conferência foi encerrada pelo Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Tiago Antunes, que referiu a importância de não defraudar as expetativas dos cidadãos e a pertinência em não sobrevalorizar algumas das conclusões da CoFE em detrimento de outras. Ressalvou ainda que as medidas da Conferência que implicam alterações aos Tratados representam uma minoria quando comparadas àquelas que podem ser implementadas sem essas alterações, importando, por isso, trabalhar na sua concretização.

O programa da Conferência encontra-se disponível aqui, e a respetiva gravação vídeo aqui.

1

¹ Ponto elaborado por Liliane Sanches da Silva, Assessora da Comissão de Assuntos Europeus

2. CIMEIRA DO PROCESSO DE BERLIM

Na sua nona edição, a **Cimeira de Berlim**, organizada pelo Chanceler Scholz, reuniu Chefes de Estado ou de Governo dos Balcãs Ocidentais e os seus homólogos de nove Estados-Membros da UE² e do Reino Unido para avançar na sua agenda de cooperação regional e de integração europeia. A <u>Cimeira faz parte do Processo de Berlim</u>, uma iniciativa de vários Estados-Membros da UE, sob a liderança alemã, para promoção da cooperação regional e perspectiva europeia da região dos Balcãs Ocidentais. É constituída por cimeiras anuais e uma série de reuniões ministeriais. Os representantes da UE participam nas reuniões ministeriais e cimeiras, bem como as principais instituições financeiras internacionais e organizações regionais e internacionais.

A <u>Presidente da Comissão Europeia</u>, <u>Ursula von der Leyen</u>, e o <u>Alto Representante Josep Borrell participaram nesta cimeira</u>, durante a qual a <u>Presidente anunciou um pacote substancial de apoio energético de mil milhões de euros em subvenções da UE para apoiar os Balcãs Ocidentais face às consequências imediatas da crise energética e para construir resiliência nesta área a curto e médio prazo. O seu discurso encontra-se disponível <u>aqui</u>.</u>

O apoio orçamental no valor de 500 milhões de euros será adotado em dezembro e disponibilizado em janeiro, por forma a ajudar as famílias e pequenas e médias empresas relativamente ao aumento dos preços da energia e a colmatar o seu impacto. A curto e médio prazo serão atribuídos mais 500 milhões para avanços na diversificação energética, criação de fontes de energia renovável e interconexões de gás e eletricidade através do Quadro de Investimentos nos Balcãs Ocidentais.

A Cimeira centrou-se também nos progressos alcançados pela região no âmbito do <u>Mercado Regional Comum</u> (MRC), tendo a UE saudado o avanço nas negociações de três novos acordos do MRC que facilitam a liberdade de circulação e de emprego em toda a região, bem como na implementação do <u>Plano Económico e de Investimento</u>.

Foi ainda subscrita pelos seis países da região uma <u>declaração sobre segurança energética e transição ecológica</u>.

3. BALCÃS OCIDENTAIS | JUSTIÇA E ASSUNTOS INTERNOS

No final desta semana decorreu também o <u>Fórum Ministerial de Justiça e Assuntos Internos dos</u> <u>Balcãs Ocidentais</u>, na qual participaram os ministros da justiça e assuntos internos da República Checa, como Presidência do Conselho da UE em exercício, a Comissão Europeia, representada pelos Comissários responsáveis pela área da justiça e assuntos internos, e os seus homólogos dos países dos Balcãs Ocidentais. Participaram ainda neste fórum representantes da Suécia e de Espanha, que assumirão as próximas Presidências do Conselho.

No âmbito dos assuntos internos foi debatida a cooperação na abordagem do impacto na segurança resultante da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e o reforço em matéria de migrações, asilo e gestão de fronteiras, enquanto que no campo da justiça o foco da discussão centrou-se nas questões do Estado de direito e reformas judiciais, assim como na ação conjunta nesta área contra a guerra de agressão russa contra a Ucrânia.

-

² Áustria, Bulgária, Croácia, Grécia, França, Alemanha, Itália, Polónia e Eslovénia

<u>4. COMISSÃO EUROPEIA | REGULAMENTO MERCADOS DIGITAIS</u>

Entrou em vigor no dia 1 de novembro o Regulamento Mercados Digitais da UE e que porá termo às práticas desleais das empresas que atuam como controladores de acesso na economia das plataformas em linha. Este <u>regulamento</u>, proposto pela Comissão em dezembro de 2020, foi aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em tempo recorde em março de 2022.

Recorde-se que o Regulamento Mercados Digitais define quando é que uma grande plataforma em linha pode ser qualificada como «controlador de acesso». Trata-se de plataformas digitais que proporcionam um importante ponto de acesso entre os utilizadores profissionais e os consumidores, cuja posição lhes permite agir como reguladores privados, criando assim pontos de estrangulamento na economia digital. Para resolver estes problemas, o regulamento em causa definirá uma série de obrigações que os controladores de acesso terão de respeitar, nomeadamente proibindo a adoção de determinados comportamentos.

Refira-se ainda que para ser abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento Mercados Digitais, uma empresa deve (1) ter uma dimensão com impacto no mercado interno, (2) controlar um importante ponto de acesso dos utilizadores empresariais aos consumidores finais e (3) gozar de uma posição enraizada e duradoura, e que o regulamento estabelece uma lista das <u>obrigações e das interdições</u> que os controladores de acesso terão de respeitar nas suas operações quotidianas para garantir mercados digitais equitativos e abertos.

5. COMISSÃO EUROPEIA | RELATÓRIO EUROPEU INCÊNDIOS FLORESTAIS

O <u>Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão publicou esta semana</u> a última edição do seu <u>relatório anual sobre os incêndios florestais na Europa, no Médio Oriente e no Norte de África</u> em 2021.

O relatório conclui que a época de incêndios de 2021 foi, em termos de área ardida, a segunda pior registada no território da UE (desde o início dos registos em 2006), a seguir a 2017. O relatório ainda não abrange os incêndios deste ano.

Destaca-se ainda das principais conclusões que:

- O relatório de 2021 sobre os incêndios florestais mostra que a Itália foi o país mais afetado em termos de área ardida, seguida da Turquia, Portugal e Grécia, especialmente em agosto, tal como salientado nos relatórios nacionais;
- Nos países do sul da UE com períodos de registo mais longos, as áreas ardidas duplicaram em comparação com 2020, sendo o segundo pior ano, desde 1986, em termos de dimensão média dos incêndios. O número total de incêndios foi o mais baixo registado, o que significa que houve muito menos incêndios, mas de maiores dimensões;
- Só este ano, o <u>Mecanismo de Proteção Civil da UE</u> foi ativado onze vezes por seis países que solicitaram aviões, helicópteros e bombeiros: é o segundo ano com mais pedidos de ajuda ao Mecanismo da última década.

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio

Os ministros reuniram em Praga para debater a <u>importância geoestratégica do comércio e os acordos</u> de comércio, assim como o comércio digital e as relações comerciais com os EUA. O debate focou-se assim na prioridade da presidência relativa à resiliência estratégica da economia europeia e no desenvolvimento das relações de comércio transatlânticas.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, as atividades do Parlamento Europeu serão dedicadas aos trabalhos das comissões parlamentares e à <u>sessão plenária</u> em Bruxelas, destacando-se os seguintes debates: avaliação dos resultados do Conselho Europeu de outubro; recuperação, segurança da UE e energia verde; cibersegurança; sustentabilidade das empresas; adesão da Croácia ao espaço Schengen

Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>9 de novembro</u>, destacando-se o *pacote sobre segurança e defesa: novo plano de ação sobre mobilidade militar e proposta para uma política de ciberdefesa da UE; Comunicação sobre fertilizantes; Desenvolvimento de normas de emissão pós-Euro 6/VI para automóveis, furgonetas, camiões e autocarros e Revisão da governação económica.*

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, destacando-se:

- 07.11: <u>Eurogrupo</u>
- 08.11: Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)
- 11.11: Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros) sobre Orçamento

8. ACADEMIA | ESTUDOS TEMÁTICOS

Dando continuidade à resenha dos principais estudos e trabalhos académicos publicados pelo PE, agrupados por Comissão Parlamentar na AR, damos nota da disponibilização da edição de outubro aqui e do arquivo *online* aqui.

Bruxelas | 4 de novembro de 2022

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.